



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 012/2020

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador (a): Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

Nome da autoridade competente: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke

Número do CPF: 442.997.290-72

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: UG 130148 Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: UG 130148 Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo-SAF/MAPA

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal do Amazonas

Nome da autoridade competente: Sylvio Mário Puga Ferreira

Número do CPF: 405.295.092-53

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: PROADM – Pró-Reitoria de Gestão e Finanças.

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Nomeado por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de junho de 2017, Seção 2, Número 114, Página

UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora que receberá o crédito: UG 154039 Gestão 26270 Universidade Federal do Amazonas .

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: UG 154039 Gestão 26270 Universidade Federal do Amazonas .

3. OBJETO:

O Projeto “Especialização de Profissionais para a Aplicação de Ferramentas de Boas Práticas de Fabricação e Controle de Qualidade na Cadeia Produtiva do Pescado para a Obtenção de Alimento Seguro no Estado do Amazonas” que possui o objetivo de: Formação de profissionais/agentes das ciências agrárias que possam levar conhecimento teórico e práticos para a agregação de valor à cadeia produtiva do pescado de pequeno porte e do pirarucu a partir do viés da Segurança de Alimentos e da gestão via técnicas de controle de qualidade em pescado.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Meta 1 (2020) Concessão de bolsa aos residentes.

Meta 2 (2020) Concessão de bolsa ao professor orientador.

Meta 3 (2020) Realizar o acompanhamento dos alunos e avaliações nas URs.

Meta 4 (2020) Gestão administrativa/financeira do projeto (taxa de administração da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM – FAEPI).

Meta 5 (2021) Concessão de bolsa aos residentes

Meta 6 (2021) Concessão de bolsa ao professor orientador.

Meta 7 (2021) Realizar o acompanhamento dos alunos e avaliações nas URs.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Na Amazônia, diferentes modalidades de pesca foram descritas, porém a que concentra o maior contingente é a pesca comercial. A pesca da região, seja para autoconsumo ou comercialização, é de caráter artesanal, que tem como características a produção em pequena escala, uso de baixa tecnologia e artes de pesca simples e variados, realizada em muitos tipos de ambientes como áreas de várzea e canal de rios e capturas com uma grande diversidade de peixes. A falta de sofisticação na atividade é compensada pelo conhecimento empírico do pescador sobre os ambientes e a dinâmica das espécies, o que lhe confere eficiência e produtividade, porém limitadas.

De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), os efeitos positivos da pesca de pequena escala para a segurança alimentar e redução da pobreza não são contabilizados pelos países em termos econômicos e sociais. O mesmo ocorre para a Amazônia, onde a ausência ou imprecisão dos dados estatísticos gerados, não revelam a real importância econômica e social da atividade na região, mesmo sendo a que mais gera emprego e renda no primeiro setor. Segundos dados de 2010, a pesca na Amazônia é desenvolvida por 160 mil pescadores, dos quais 48 mil atuam na pesca comercial e 112 mil vivem da pesca de subsistência, quantidades estas estimadas com base no número de barcos - que operam na calha Solimões/Amazonas e na densidade demográfica das áreas de várzea. A atividade pode ser mais abrangente se considerarmos que, para cada posto de trabalho direto na atividade pesqueira, são gerados outros cinco postos de trabalho indiretos, segundo a FAO.

No que tange aos valores econômicos, em 2010, segundo dados de imprensa local, estimou-se que a renda gerada pela pesca alcançou entre US\$ 100 a 200 milhões a preços de primeira venda e estudos de centros de pesquisa e educação no Estado do Amazonas (UFAM/INPA) indicaram que esta cadeia produtiva da pesca para a calha Solimões/Amazonas, em 2011, gerou renda anual de R\$389 milhões, dos quais, R\$62 milhões corresponderam a renda dos pescadores comerciais e R\$127 milhões a dos pescadores de subsistência.

No contexto de produção, dados de desembarque da pesca comercial realizada ao longo da calha Solimões/Amazonas indicaram uma produção de 71.000 t/ano, a partir dos valores *per capita* de comercialização de 55,18g/dia no Pará e de 111,63g/dia no Amazonas no ano de 2012, isso segundo dados de imprensa local. Em outro estudo para a mesma calha, no ano de 2010, calculou-se o valor de 46.269 t/ano a partir de desembarques realizados nos principais portos que, somado aos valores comercializados pelos frigoríficos, totalizariam 83.847 t/ano.

O setor pesqueiro industrial, atualmente, se caracteriza pela transformação de pescados englobando as atividades de corte, filetagem, congelamento e enlatamento da matéria-prima. Seus problemas são, em geral, a carência de abastecimento regular e constante de matéria-prima, a falta de investimento na melhoria das instalações e equipamentos, a baixa rentabilidade e qualidade dos produtos e a necessidade de modernizar a produção. Nesse contexto, salienta-se que o pescado é considerado um alimento muito perecível, pois apresenta fatores intrínsecos e extrínsecos que contribuem para sua deterioração rápida como o pH próximo a neutralidade, alta atividade de água (> 0,98), amplamente nutritivo e susceptível a temperaturas elevadas. Por isso, requer maior controle de qualidade em todas as etapas do seu processamento.

A indústria pesqueira necessita de implantação de programas de formação e treinamento de mão-de-obra, para melhoria da qualidade do produto nacional se enquadrando na questão da Segurança Alimentar/Segurança de Alimentos. A Segurança Alimentar/Segurança dos Alimentos é o principal aspecto ou requisito no processo de produção de alimentos uma vez que a oferta de produtos contaminados gera consequências graves para a saúde do consumidor. Daí a posição rigorosa das Nações Unidas e dos governos, de forma generalizada, no controle da produção e da oferta de alimentos seguros dentro dos países e entre países.

Faz parte da Segurança Alimentar as Boas Práticas de Fabricação (BPF) que são normas estabelecidas para atingir determinados padrões de qualidade dos alimentos comercializados, segundo a Portaria 1428 do Ministério da Saúde (MS), Brasil. Os principais benefícios da aplicação das BPF podem constituir um estímulo à sua adoção, considerando fatores como a obtenção de alimentos seguros, redução dos custos decorrentes de recolhimento de produtos no mercado, a maior satisfação do consumidor e o atendimento as legislações vigentes.

Nesse sentido, os produtores e seus colaboradores devem aderir aos esforços voltados para a Segurança Alimentar/Segurança de alimentos, os quais devem ser conscientizados e treinados. Nos dias atuais, o lucro das empresas depende cada vez mais do uso de Boas Práticas de Fabricação e da oferta de produtos saudáveis.

Os profissionais das Ciências Agrárias, em especial da Engenharia de Pesca, Agronomia e Engenharia de Alimentos, devem estar habilitados para inovar, propor medidas e implementar projetos que mudem esse *status quo*, para que a pesca esteja dentre as atividades do agronegócio 4.0, que é conhecida como a Quarta Revolução Industrial e que está presente no atual cenário brasileiro, onde setor pesqueiro não deve estar à margem das mudanças que se

impõem. Essas mudanças dizem respeito a características como a conectividade com todos os elos da cadeia, velocidade e eficiência na produção, autonomia e visão para a tomada de decisões, o uso de tecnologias inteligentes, e promoção de atividades produtivas de baixo impacto ambiental.

A presente proposta busca desenvolver uma visão de posicionamento de mercado para seus futuros profissionais, com o uso de novas tecnologias, modelos e ferramentas de gestão em alimentos eficientes, incentivo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de produtos bioeconômicos, todos aliados ao desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.

A Universidade Federal do Amazonas forma profissionais para o setor há mais de 30 anos, e vem formando profissionais para atuarem em diversas modalidades do setor tais como, em organizações públicas, privadas, não-governamentais, ou empresariar o seu próprio negócio. A Residência Profissional Agrícola promoverá a estes profissionais um avanço na formação e aumento das chances de inserção no mercado de trabalho, e capacitá-los diante das mudanças tecnológicas e da competitividade cada vez mais presente na atualidade.

No estado do Amazonas existem importantes municípios produtores de pescado e uma diversidade de espécies comercializadas (em torno de 100), que visam atender ao principal mercado Manaus. Esses municípios se ressentem de ferramentas de gestão de negócios, e inovações tecnológicas voltadas para o processamento do pescado, agregando maior qualidade e valor de mercado. A presente proposta irá envolver seis municípios situados na região centro-amazonense: Manaus, Careiro da Várzea, Manacapuru, Beruri, Coari e Tefé (Figura 1). Os municípios se situam em importantes sub-bacias, do Solimões, Amazonas e Purus, sendo um excelente campo de atuação para os estudantes e recém-egressos das agrárias. As principais entidades de apoio à pesca e ao pescador, e integradas ao governo do estado e governo federal, são as Colônias de pescadores federadas e os Institutos de Desenvolvimento Agropecuário. Estes são as Unidades Residentes vinculadas ao projeto com sede no município Manaus e representações (unidades físicas operacionais) em todos os municípios do estado.

Municípios da Residência

Agrária

Figura 1 – Municípios que serão atendidos pelo Projeto Residência Agrária

A Residência Profissional Agrícola oportunizará a vivência do profissional em campo, lidando com os agentes locais e a natureza do trabalho extrativista. A Amazônia é rica em ambientes e diversa na produção dos recursos aquáticos, que exigem discernimento do profissional para tomada de decisões, visto que ambientes, pescarias, mercados, limitações operacionais da atividade, e a logística nos rios dessa região, são muito distintas. Outro ponto positivo desta proposta: tendo em vista a qualidade sanitária dos pescados, o presente projeto terá como objetivo implantar as Boas Práticas de Fabricação e Ferramentas de Controle de Qualidade na cadeia produtiva do pescado presente nos municípios onde encontram-se as unidades residentes listadas acima, garantindo assim a inocuidade dos produtos comercializados.

É por esse motivo que todas as metas econômicas deste projeto listadas mais acima, neste documento, são importante: pelo caráter continental da Amazônia e dos municípios que este projeto atenderá, torna-se extremamente importante a existência de verba econômica para a compra de passagens e pagamento de diárias (os deslocamentos são longos e despendiosos), bem como o pagamento de bolsas para todos os atores envolvidos.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

(x) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X) Sim

() Não

1) Pagamento de taxa de administração à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM – FAEPI, no valor de R\$ 42.000,00 que corresponde a 10 % do valor global pactuado.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1 (2020)	Concessão de bolsa aos residentes.	Bolsa	80	R\$ 1.200	R\$ 96.000,00	11/2020	12/2021
PRODUTO	Relatórios mensais elaborados por cada bolsista						
META 2 (2020)	Concessão de bolsa ao professor orientador.	Bolsa	80	R\$ 200,00	R\$ 16.000,00	11/2020	12/2021
PRODUTO	Relatórios consolidados sobre os trabalhos dos bolsistas						
META 3 (2020)	Acompanhamento dos alunos e avaliações nas URs.	Visitas reuniões	10	R\$ 2.099,10	R\$ 20.991,00	11/2020	12/2021
PRODUTO	Relatórios, lista de presença, atas de reunião						
META 4 (2020)	Gestão administrativa/financeira do projeto (custo operacional da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM – FAEPI).	Taxa	1	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00	11/2020	05/2023
PRODUTO	Relatório de prestação de contas						
META 5 (2021)	Concessão de bolsa aos residentes.	Bolsa	160	R\$ 1.200,00	R\$ 192.000,00	04/2021	04/2023
PRODUTO	Relatórios mensais elaborados por cada bolsista						
META 6 (2021)	Concessão de bolsa aos residentes.	Bolsa	160	R\$ 200,00	R\$ 32.000,00	04/2021	04/2023
PRODUTO	Relatórios mensais elaborados por cada bolsista						
META 7 (2021)	Acompanhamento dos alunos e avaliações nas URs..	Visitas reuniões	10	R\$ 2.099,10	R\$ 20.991,00	04/2021	04/2023
PRODUTO	Relatórios, lista de presença, atas de reunião						

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Novembro de 2020	R\$ 174.991,00
Abril de 2021	R\$ 244.991,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO – PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
Código 339039	SIM (10%)	R\$ 419.982,00

12. PROPOSIÇÃO

Manaus

Sylvio Mário Puga Ferreira

Reitor da UFAM

13. APROVAÇÃO

Brasília

Fernando Henrique Kohlmann Schwanke
Secretário da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo



Documento assinado eletronicamente por **SYLVIO MARIO PUGA FERREIRA, Usuário Externo**, em 17/11/2020, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12724739** e o código CRC **9E9BA725**.